



SEGREGAÇÃO URBANA E VIOLÊNCIA: um olhar sobre as percepções de violência urbana e seus impactos na produção do espaço e na vida cotidiana dos moradores do Bairro Canaã em Uberlândia-MG.

Carlos Roberto Loboda¹

Carolina Grotto²

RESUMO

Partindo do pressuposto de que a questão da violência sempre fez parte da experiência humana, torna-se fundamental entender suas raízes, dinâmicas e impactos para buscar soluções efetivas e promover uma sociedade mais segura e harmoniosa. Este estudo teve como objetivo refletir sobre como a dinâmica social e as múltiplas manifestações de violência urbana presentes no Bairro Jardim Canaã e em seus loteamentos associados podem impactar as práticas socioespaciais e o estilo de vida dos moradores. Para obter informações empíricas, adotamos a abordagem da pesquisa qualitativa exploratória, utilizando questionários para ouvir os moradores e construir um entendimento baseado em suas percepções. As análises teóricas apresentadas refletem as experiências vivenciadas pelos moradores do Bairro Canaã, evidenciando a importância de compreender as complexas interações entre violência, urbanização e sociedade em contextos específicos. Este estudo contribuiu para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais e territoriais, fornecendo insights valiosos para futuras intervenções e políticas públicas voltadas à promoção da segurança e da qualidade de vida na comunidade.

Palavras-chave: Segregação socioespacial; desigualdade social; violência; espaço urbano.

¹ Prof. Dr. Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia.

² Mestranda em Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia.

ABSTRACT

Assuming that the issue of violence has always been part of the human experience, it is essential to understand its roots, dynamics and impacts to seek effective solutions and promote a safer and more harmonious society. This study aimed to reflect on how the social dynamics and multiple manifestations of urban violence present in the Jardim Canaã neighborhood and its associated subdivisions can impact socio-spatial practices and the lifestyle of residents. To obtain empirical information, we adopted an exploratory qualitative research approach, using questionnaires to listen to residents and build an understanding based on their perceptions. The theoretical analyzes presented reflect the experiences lived by the residents of Bairro Canaã, highlighting the importance of understanding the complex interactions between violence, urbanization and society in specific contexts. This study contributed to a deeper understanding of social and territorial dynamics, providing valuable insights for future interventions and public policies aimed at promoting safety and quality of life in the community.

Keywords: Socio-spatial segregation; social inequality; violence; urban space.

Introdução

A urbanização traz consigo desafios complexos relacionados à segregação e desigualdade urbana, cujos efeitos podem ser amplificados pela ocorrência de violência nas cidades. Neste artigo, investigaremos as percepções de violência urbana no contexto do Bairro Canaã em Uberlândia-MG, analisando seus impactos na produção do espaço e na vida cotidiana dos moradores. Com o objetivo de refletir sobre como a dinâmica social e as múltiplas manifestações de violência urbana presentes no Bairro Jardim Canaã e em seus loteamentos associados, podem impactar as práticas socioespaciais e o estilo de vida dos residentes.

Partindo do pressuposto de que a questão da violência é algo que provavelmente sempre fez parte da experiência humana, torna-se fundamental entender suas raízes, dinâmicas e impactos para buscar soluções efetivas e promover uma sociedade mais segura e harmoniosa. Para alguns autores, como é o caso de Minayo (1994, p.7-18) “a violência é um dos eternos problemas da teoria social e da prática política e relacional da humanidade. Não se conhece nenhuma sociedade onde a violência não tenha estado presente.” Pelo contrário, a dialética do desenvolvimento social, possibilitou mudanças importantes para a sociedade, tais como a expansão do capitalismo, a consolidação da burguesia comercial, a aproximação da elite com os segmentos pobres e o aumento das desigualdades sociais e traz à tona problemas básicos do ser humano. Tal fato, acabou levando filósofos, como Engels, a afirmar que “a história é, talvez, a mais cruel das deusas que arrasta sua carruagem triunfal sobre montões de cadáveres, tanto durante as guerras como em período de desenvolvimento pacífico” Engels (1981 p.187 *apud* MINAYO, 1994). Ainda segundo a autora,

desde tempos imemoriais existe uma preocupação do ser humano em entender a essência do fenômeno da violência, sua natureza, suas origens e meios apropriados, a fim de atenuá-la, preveni-la e eliminá-la da convivência social (Minayo, 1994, p. 7).

No que tange ao aumento da violência no mundo, a Organização Mundial de Saúde (OMS)

declarou a violência como um importante e crescente problema de saúde pública no mundo. Chamou a atenção para as consequências da violência, destacando a importância de se passar a considerar o problema com urgência e organizar políticas públicas de combate e prevenção (Organização Mundial de Saúde, 2012, s/p).

É incontestável que a questão das violências, causa impacto na vida dos indivíduos – nos danos à saúde, na redução do bem-estar, no medo e na insegurança que ela ocasiona a todos. Ainda de acordo com os dados da OMS,

a violência pode ser subdividida em três grupos: auto-infligida, interpessoal ou coletiva. A violência interpessoal, infligida por outra pessoa ou pequeno grupo de pessoas, abarca a violência urbana ou comunitária, a qual ocorre geralmente no espaço urbano, ou seja, fora de casa, entre pessoas sem laços de parentesco (consanguíneo ou não), que podem ser conhecidos ou estranhos (Cruz; Azevedo e Gonçalves, 2011, p. 16).

Ou seja, essa classificação é útil para entender a natureza da violência e pode ser utilizada para orientar políticas e ações de prevenção e intervenção em cada tipo de violência. Por exemplo, a violência autoinfligida pode ser abordada com ações

direcionadas para a prevenção do suicídio, enquanto a violência interpessoal requer ações específicas para prevenir a violência urbana e comunitária.

Neste trabalho, nos atentamos a esse tipo específico, a violência urbana, aqui entendida como um tipo de violência interpessoal que ocorre em áreas urbanas, geralmente envolvendo indivíduos ou pequenos grupos de pessoas que não são familiares e podem ser conhecidos ou desconhecidos. Esse tipo de violência pode incluir assaltos, roubos, furtos, agressões físicas e verbais, homicídios e outras formas de violência, além de trazer para a análise e reflexão a percepção da população sobre o próprio território em questões de (in) segurança e as práticas cotidianas.

É inegável, respaldado por uma ampla gama de estudos e pesquisas, que as taxas de violência urbana aumentaram significativamente no Brasil e no mundo a partir da década de 1970, em um cenário paradoxal de rápido processo de urbanização. Maricato (2003 p. 152) cita que “No final do século XX, [...] a imagem das cidades brasileiras parece estar associada à violência, poluição das águas e do ar, criança desamparada, tráfego caótico, enchentes, entre outros inúmeros males.” Isso pois “mudanças políticas havidas na década de 1930, com a regulamentação do trabalho urbano (não extensiva ao campo), incentivo à industrialização, construção da infra-estrutura industrial, entre outras medidas, reforçaram o movimento migratório campo-cidade.” Tal fato, teve relação também com o aumento das periferias,

A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada. Pela primeira vez na história do país registram-se extensas áreas de concentração de pobreza, a qual se apresentava relativamente esparsa nas zonas rurais antes do processo de urbanização. A alta densidade de ocupação do solo e a exclusão social representam uma situação inédita. (Maricato, 2003, p. 158)

Erminia Maricato, uma destacada urbanista brasileira, ressalta que o capitalismo molda o uso do território urbano, sendo responsável pela segregação na cidade. Suas análises apontam para o fato de que as políticas de desenvolvimento urbano e habitacional são influenciadas pelos interesses do capital, contribuindo para uma distribuição desigual do espaço urbano que reflete as disparidades socioeconômicas. Essa segregação espacial, por sua vez, tem sido apontada como um dos fatores que contribuem para o aumento da violência nas áreas urbanas, uma vez que a concentração de pobreza e a falta de acesso a serviços básicos tendem a gerar condições propícias para o surgimento de conflitos e criminalidade.

O aumento alarmante nas taxas de homicídios, especialmente em áreas urbanas, revelado pelo "Mapa da Violência" (2016), pesquisa conduzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), está intimamente ligado à dinâmica capitalista que gera a segregação urbana, como enfatizado por Erminia Maricato. Essa crescente violência urbana também é destacada pelo "Relatório Mundial sobre Violência e Saúde" da Organização Mundial da Saúde (OMS), que aponta um aumento contínuo das taxas de violência desde os anos 1970 em várias regiões do mundo. Além disso, o "Atlas da Violência", produzido pelo IPEA em colaboração com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, oferece uma análise abrangente das tendências de violência no Brasil, destacando o crescimento das taxas de violência urbana desde a década de 1970. Esses estudos fornecem uma compreensão mais profunda das complexas interações entre dinâmicas socioeconômicas e o aumento da violência nas áreas urbanas.

O aumento da violência urbana é multifacetado, resultante de diversos fatores interligados. Entre eles, destacam-se a desigualdade social, a ausência de políticas públicas eficazes para prevenção e combate à violência, a disseminação de drogas ilícitas e a urbanização acelerada. Este último fator, em particular, pode ter desempenhado um papel significativo, uma vez que o processo de urbanização muitas vezes ocorre de maneira desordenada e sem um planejamento adequado. Isso pode resultar em um aumento do isolamento social e uma maior concentração de pobreza e marginalização em determinadas áreas urbanas, criando um ambiente propício para o surgimento e a proliferação da violência.

Essa complexa rede de causas que contribuem para o aumento da violência urbana pode ser compreendida através de uma análise mais aprofundada dos contextos sociais, econômicos e políticos. A desigualdade social, por exemplo, alimenta a exclusão e a marginalização de certos grupos da sociedade, criando um cenário propício para conflitos e tensões. A falta de políticas públicas eficazes para prevenir e combater a violência deixa um vácuo no enfrentamento dessas questões, permitindo que problemas sociais persistam e se agravem ao longo do tempo. Além disso, a disseminação de drogas ilícitas muitas vezes está ligada a redes criminosas que exploram comunidades vulneráveis e perpetuam ciclos de violência. A urbanização acelerada, por sua vez, pode sobrecarregar infraestruturas e serviços públicos, gerando desigualdades espaciais e segregação urbana. Quando esses fatores se combinam, criam um ambiente propício para o aumento da violência, onde as condições precárias de vida e a falta de oportunidades se tornam um caldo de cultura para a criminalidade e a violência interpessoal.

Entretanto o processo de reestruturação urbana e das cidades, não ocorre de forma igualitária, pois os diversos espaços intraurbanos, tem variados tipos de contextos, com suas particularidades, cada espaço é único. Por isso, quando vamos falar sobre violência urbana devemos ter a

não conveniência de analisar os distintos componentes do mosaico urbano metropolitano de forma isolada, não apenas porque não existem em si, mas “porque cada uno adquiere identidad própria en contrapunto con todos los demás, lo que tiene profundas implicaciones en términos tanto de las prácticas urbanas como de la gestión urbana (Duhai, Giglia. 2016, p. 31).

O processo de segurança urbana e das cidades, alcançado por Duhai e Giglia (2016) em suas pesquisas, se refere a uma série de mudanças que ocorrem nas cidades contemporâneas em resposta às demandas da economia global e às novas formas de produção e consumo.

Essas mudanças incluem a expansão da economia de serviços e a consequente transformação das áreas urbanas em espaços de consumo, a privatização do espaço público e a crescente segregação socioespacial. De acordo com Duhai e Giglia (2016), essas mudanças estão sendo impulsionadas por uma série de fatores, incluindo as políticas neoliberais e a globalização.

Em suas pesquisas, os autores destacam que essas mudanças estão gerando novas formas de exclusão e marginalização social, que vivem principalmente como mais pobres e independentes.

Desse modo, partindo do pressuposto que os múltiplos processos econômicos, culturais e políticos de diferentes espaços/tempo podem direcionar a produção e reprodução do espaço e que os aspectos relatados repercutem também distintamente no cotidiano dos territórios, analisar a dinâmica socioespacial do Bairro Jardim Canaã, levando em consideração as relações entre espacialização de diferentes tipos de violências como, Estupro, Homicídio Consumado e Tentado, Roubo Consumado e Tentado, Violência Doméstica e Tráfico de Drogas, as percepções de violência urbana

e a produção do espaço se torna fundamental. A finalidade dessa análise é identificar padrões, tendências e fatores determinantes que possam contribuir para uma compreensão mais aprofundada da dinâmica urbana do bairro.

Cabe destacar que o bairro de acordo com a Lei nº 11.979 de 24/10/2014, “que delimita e denomina de Bairro Jardim Canã a área territorial urbana que especifica”, faz parte do setor territorial oeste de Uberlândia e é composto por seus loteamentos e reloteamentos que são: Jardim Canã, Jardim Canã II, Chácaras Bela Vista, Jardim Vica, Santo Antônio II e São Bento. Além desses, existe a ocupação Irmã Dulce, que passa por processo de regularização.

Dessa forma, entre uma série de indagações, esta pesquisa objetiva a refletir sobre como a dinâmica social e as múltiplas manifestações de violência urbana presentes no Bairro Jardim Canã e em seus loteamentos associados, podem impactar as práticas socioespaciais e o estilo de vida dos residentes. Para tanto, propomos a seguinte estruturação para o estudo:

Em um primeiro momento, propomos investigar o fenômeno da violência urbana, compreendendo-a como uma manifestação interpessoal que se desdobra em diversas formas nas áreas urbanas, incluindo assaltos, roubos, agressões e homicídios. Nesse contexto, foi explorado o paradoxo do aumento da violência em meio ao processo de urbanização, associado à desigualdade social, à ausência de políticas eficazes, à disseminação de drogas e à urbanização desordenada. Cabe ressaltar que, neste estudo, consideramos a segregação urbana como manifestação e causa da desigualdade social, examinando como a distribuição desigual dos grupos sociais no espaço urbano contribui para a intensificação da violência.

O tipo de segregação que consideramos para o desenvolvimento desse estudo é a socioespacial, nesse sentido, e com muita pertinência, White (1983) distingue duas definições amplas que decorrem de preocupações muito distintas sobre o tema. Primeiro, em um sentido mais sociológico, um conceito a partir do qual a segregação poderia ser entendida como a ausência de interação entre grupos sociais. E então, de um nível mais geográfico, pode ser entendido como a distribuição desigual de grupos sociais no espaço físico. Essa classificação permite perceber que o estudo dos processos de segregação requer inevitavelmente “um exercício analítico sobre os vínculos entre a estrutura espacial e a estrutura social” (Saravi, 2008, p. 94). Mas, além disso, mostra como a segregação tem sido abordada de duas formas que se relacionam com essas definições: desde sua concepção geográfica, o interesse tem sido mostrar as distribuições dos grupos sociais no espaço; e do ponto de vista sociológico, a preocupação tem sido o grau de interação entre famílias de diferentes grupos.

Seguindo a ideia de localização, a segregação pode ser definida como “o grau de proximidade espacial das famílias que pertencem ao mesmo grupo social e sua distância de outros grupos”, conforme Ruvalcaba e Schteingart (2012, p. 18-19). Da mesma forma, outros autores destacam essa espacialidade do fenômeno, como Sabatini (2003, apud Negri, 2008) que o define como a “aglomeração no espaço de famílias da mesma condição social (étnica, econômica, migratória ou etária)”. Como já mencionado, nesses processos está em jogo a proximidade e o distanciamento com os grupos socialmente separados.

Arriagada e Rodríguez (2003) explicam que, embora não haja uma definição clara e universalmente aceita de segregação, há algum consenso sobre as formas pelas quais ela pode se manifestar:

1. Na proximidade física entre os espaços residenciais de diferentes grupos sociais.
2. Na homogeneidade social dentro das divisões da cidade.
3. Na concentração de grupos sociais em áreas específicas da cidade (Arriagada e Rodríguez, 2003).

A proximidade física refere-se à localização dos grupos no espaço, o que pode levar a eventuais encontros dessas populações e, assim, implicar em certos atritos. A homogeneidade social descreve a existência de grupos de um mesmo estrato social dentro de uma determinada unidade territorial, como um bairro, uma vila, uma colônia, um distrito etc. E concentração refere-se à localização de grupos sociais em uma área específica da cidade; as cidades são divididas em áreas que se diferenciam de acordo com sua infraestrutura e serviços, bem como o tipo de população que a habita.

O critério de diferenciação social, ou seja, as características por meio das quais se define a existência dos referidos grupos, permite assim distinguir vários tipos de segregação. Existem dois grandes atributos pelos quais as pessoas diferem umas das outras (Rodrigues, 2001 s/p):

- a) socioeconômico: como renda, educação, condições materiais de vida etc.;
- b) biossociais: como cor da pele, etnia, idioma, religião, casta e outros.

Ao falar de segregação, deve-se entender então que essas características da população têm uma expressão territorial na cidade, ou seja, as categorias que separam as pessoas também se referem à sua localização geográfica (Bullard, 1990 s/p).

Com base na análise de Arriagada e Rodríguez sobre as manifestações da segregação urbana, conclui-se que a distribuição espacial de diferentes grupos sociais em uma cidade não é um fenômeno simples e unidimensional. Ela se manifesta por meio da proximidade física entre os espaços residenciais, a homogeneidade social dentro de áreas específicas, e a concentração de grupos sociais em certas zonas urbanas.

Assim, entender a segregação urbana como uma expressão territorial das diferenças socioeconômicas e biossociais ajuda a explicar como certas áreas da cidade se tornam enclaves de riqueza ou pobreza, e como essas dinâmicas influenciam a qualidade de vida dos seus habitantes. No contexto do Bairro Canaã e seus loteamentos, a segregação é visível na maneira como a estrutura urbana e os serviços são distribuídos, impactando a vida cotidiana e as oportunidades dos moradores.

VIVENDO DE FORMA DESIGUAL: quando a segregação se torna um problema?

A segregação, nada mais é do que diferenciar grupos por suas características, assim as disparidades socioeconômicas e a falta de acesso a serviços e oportunidades são maiores para certos grupos da população. E essa distribuição desigual de oportunidades coloca grupos mais pobres das cidades em situação de exclusão.

No campo dos estudos urbanos, a questão da desigualdade urbana tem estado intimamente associada à da pobreza, porque esses conceitos, às vezes, são usados de forma intercambiável. No entanto, desde o início, deve-se afirmar que esses termos são diferentes e, embora a literatura referente, frequentemente, fale de ambos os fenômenos ao mesmo tempo, isso ocorre apenas porque eles estão intimamente relacionados. Considerando o exposto, primeiro falaremos sobre as diferenças que existem entre esses dois conceitos. Posteriormente, serão reunidos diferentes argumentos que permitirão a construção de uma definição de desigualdade urbana.

A pobreza urbana pode ser definida como um processo complexo de privação e escassez de recursos econômicos, sociais, institucionais, políticos e territoriais que afeta os setores populares da cidade que geralmente têm dificuldades de acesso aos bens básicos da cidade, como moradia, equipamentos e serviços, transportes e espaços públicos (Santos, 2009). É claro que a pobreza pode ser conceituada de diferentes maneiras, especialmente quando está ligada às formas como é medida.

Da mesma forma, a desigualdade social é um conceito muito mais amplo que se refere à distribuição desigual de renda na sociedade, que afeta outras esferas como educação, emprego, saúde, moradia, espaço público e residência, entre outras, e que acaba segmentando a vida social (Quairoz, 2018). A desigualdade urbana, mais especificamente, pode ser definida como as formas diferenciadas de acesso e qualidade de habitação e bens e serviços coletivos como água, drenagem, equipamentos, espaços públicos ou transporte de qualidade (Santos, 2009).

Como se vê, ambos os processos estão intimamente relacionados, pois é, justamente, essa distribuição desigual de oportunidades que coloca os grupos mais pobres das cidades em situação de exclusão. A desigualdade é um conceito relacional porque se refere às diferenças e à dispersão da renda e, neste caso, dos recursos e benefícios da cidade (Corrêa, 2004).

Voltando à questão da desigualdade social, verifica-se que o fenômeno tem sido abordado de diferentes formas dependendo de onde se buscam suas causas. Nesse sentido, Reygadas (2004 s/p) menciona que dentro dos respectivos estudos podem ser destacados três grandes grupos de definições:

Individualista: aquelas que enfatizam a distribuição de capacidades e recursos dos agentes; consideram que são a causa da desigualdade.

Interacionistas: aquelas que enfatizam os padrões de relacionamento nas trocas desiguais e a influência das instituições.

Holísticos: aquelas que focam nas características assimétricas das estruturas sociais (Reygadas, 2004 s/p).

Vale ainda considerar os esclarecimentos quanto aos momentos e abordagens do fenômeno e com base neles explicar o que cada estudo focará, Reygadas (2004 s/p):

Desigualdade de ativos: entendida como as diferenças nos recursos que os agentes possuem para apropriar-se dos bens. Para analisá-la, deve-se enfatizar a distribuição prévia de recursos.

Desigualdade prévia de oportunidades: desigualdade nos procedimentos de distribuição de bens. Requer foco nas regras, procedimentos e interações que ocorrem na competição por esses bens.

Desigualdade de resultados: refere-se à assimetria na distribuição final dos bens. Sua análise envolve aprofundar as consequências do acesso aos bens (Reygadas, 2004).

Essas definições não devem ser tomadas de forma definitiva ou isoladamente, pois na realidade o ideal seria buscar um equilíbrio adequado entre cada uma delas dependendo dos objetivos.

Portanto, fica evidente que a desigualdade urbana gera impactos tangíveis na cidade, à medida que diferentes estratos sociais se concentram em áreas cada vez mais restritas. Isso se reflete em espaços segregados, como espetáculos frequentados apenas por certos grupos sociais, hierarquização em hospitais e escolas, e distinções em locais de entretenimento e consumo. Essa divisão compromete a coesão social e a possibilidade de projetos compartilhados. Essa reflexão responde à questão inicial

sobre quando a segregação se torna problemática: é um problema quando a desigualdade atinge proporções tão significativas.

Desvendando o Mosaico: Revelações e Reflexões a Partir dos Dados Coletados

Ao longo deste estudo, mergulhamos na intrincada tessitura da realidade urbana do Bairro Jardim Canãa, buscando compreender as percepções e o impacto da violência na vida cotidiana dos seus moradores. Os resultados obtidos por meio da aplicação de questionários e o contato com a realidade local foram uma ferramenta essencial que nos permitiu desvelar nuances significativas dessa complexa relação entre segregação urbana, dinâmicas sociais e o fenômeno da violência. Ao explorar as experiências e perspectivas dos residentes, esperamos proporcionar uma visão mais clara e abrangente das implicações desses desafios urbanos contemporâneos no contexto específico do Bairro Jardim Canãa.

O processo de construção da pesquisa ocorreu com base em estratégias distintas, mas complementares. Inicialmente nossa atenção foi direcionada para o levantamento, organização e sistematização dos referenciais teóricos, realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica envolvendo livros, artigos, periódicos, teses, dissertações, e outras fontes relevantes que tratam direta ou indiretamente da temática da pesquisa, como: práticas socioespaciais, cotidiano, políticas de segurança, territorialização, violência e insegurança urbana, fragmentação, segregação espacial, dentre outros que poderão ser incorporados na fase inicial da pesquisa.

Na fase subsequente, adotamos uma abordagem mista, combinando tanto métodos quantitativos quanto qualitativos para a coleta de informações empíricas. Esse modelo metodológico transforma aspectos observáveis do mundo em dados representativos por meio de diversas práticas, como notas, entrevistas, fotografias e registros. Enquanto os métodos quantitativos se concentram na quantificação de fenômenos através de dados estatísticos, os métodos qualitativos visam interpretar e compreender esses fenômenos em seus contextos naturais, atribuindo significado às experiências dos participantes.

Utilizando a pesquisa analítico-descritiva, com uma abordagem exploratória e procedimentos de pesquisa de campo, procuramos capturar tanto a amplitude quanto a profundidade das dinâmicas sociais do Bairro Canãa. A pesquisa qualitativa nos permitiu entender as nuances e complexidades dos fenômenos observados, oferecendo insights sobre as experiências e percepções dos moradores, que não seriam evidentes em uma análise puramente quantitativa. Por outro lado, a pesquisa quantitativa forneceu uma base objetiva para medir aspectos específicos das questões estudadas. Esses resultados são altamente específicos ao contexto do bairro e, portanto, não se destinam à generalização estatística para outras populações ou contextos, mas sim a oferecer uma compreensão detalhada e contextualizada das dinâmicas locais.

Para obtermos as informações necessárias, aplicamos um questionário semiestruturado, previamente submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia. Os 60 moradores selecionados aleatoriamente foram devidamente esclarecidos sobre os conteúdos presentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com um tempo estimado de resposta entre 10 a 15 minutos. No primeiro estágio da pesquisa, buscamos enriquecer nosso entendimento sobre o público-alvo, detalhando características como idade, estado civil, escolaridade, composição familiar, renda, sexo, cor ou raça e ocupação. Na segunda fase, aprofundamos a análise explorando aspectos relacionados à moradia, incluindo o bairro de residência, o tempo de permanência no local e a situação habitacional, como

propriedade própria, aluguel, cedência ou ocupação. A terceira etapa do questionário concentrou-se em informações específicas sobre o bairro Jardim Canaã, examinando os meios de locomoção utilizados tanto dentro quanto fora do bairro, a percepção de segurança local e experiências pessoais ou testemunhadas de crimes ou violência. Por fim, uma questão aberta foi incluída, permitindo que os participantes compartilhassem suas considerações pessoais, o que contribuiu para uma compreensão mais rica e qualitativa da situação de violência no bairro.

A pesquisa revelou uma diversidade significativa na distribuição etária e no grau de escolaridade dos participantes. Em termos de idade, 33,3% dos participantes estão na faixa de 18 a 30 anos; 20% têm entre 30 e 40 anos; 10% situam-se entre 40 e 50 anos; 15% estão na faixa de 50 a 60 anos; e 22,7% têm mais de 60 anos. Quanto ao nível educacional, os dados mostram que 16,7% dos respondentes possuem habilidades básicas de leitura e escrita; 33,3% não completaram o ensino fundamental; 16,7% completaram o ensino fundamental; 18,3% concluíram o ensino médio; 1,7% têm o ensino superior incompleto ou estão cursando; e 8,3% completaram o ensino superior.

Esses números destacam preocupações significativas relacionadas aos impactos da baixa escolaridade. Entre as principais consequências estão o desemprego ou a necessidade de aceitar trabalhos mal remunerados, a exposição de crianças, jovens e adultos ao tráfico de drogas, a exclusão social, e a falta de mobilidade para acessar outras oportunidades ou espaços.

A análise das barreiras educacionais reflete problemas estruturais que vão além do simples acesso ao ensino. Segundo Bourdieu (1970), a estrutura social é frequentemente reproduzida por meio da educação, e a falta de acesso a recursos culturais, como conhecimento e habilidades, pode dificultar a entrada no ensino superior para aqueles em situações vulneráveis. O autor argumenta que a educação serve como um mecanismo de reprodução social que perpetua as desigualdades existentes.

Paulo Freire (2019), por sua vez, explora a discriminação socioeconômica relacionada ao acesso à educação e oferece uma perspectiva transformadora para superar as desigualdades. Freire ressalta que a educação deve estar intrinsecamente ligada à transformação social, destacando que enfrentar questões socioeconômicas e desigualdades estruturais é fundamental para criar uma sociedade mais justa e inclusiva. Segundo ele, a educação não deve apenas transmitir conhecimento, mas também capacitar os indivíduos para questionar e transformar a realidade social em que vivem.

A análise da renda dos moradores, tanto a renda individual quanto a renda mensal de todos que residem na casa, foi realizada com o objetivo de compreender as nuances socioeconômicas da comunidade.

Na análise da renda individual dos respondentes, constatou-se que 56,7% afirmaram receber um montante equivalente a 0,5 a 1 salário-mínimo. Adicionalmente, 21,7% declararam uma renda na faixa de 1 a 1,5 salário-mínimo, enquanto 10% mencionaram ganhar entre 1,5 e 2 salários-mínimos. Uma parcela reduzida indicou receber valores acima de 2 salários-mínimos, e o restante optou por não fornecer essa informação.

É crucial ressaltar que a análise detalhada da renda individual, contextualizada pelo valor atual do salário-mínimo segundo a Medida Provisória 1172/23 (R\$ 1.320), não apenas proporciona uma compreensão mais profunda dos padrões socioeconômicos na comunidade do Bairro Canaã, mas também está intrinsecamente relacionada à questão da violência urbana. A interligação entre esses aspectos é evidente, pois a distribuição desigual de recursos financeiros frequentemente se

correlaciona com dinâmicas sociais que podem potencializar a vulnerabilidade à violência.

A identificação de padrões socioeconômicos específicos, como a predominância de indivíduos que recebem de 0,5 a 1 salário-mínimo, revela insights sobre grupos potencialmente mais suscetíveis a desafios sociais, incluindo questões relacionadas à segurança. Além disso, compreender a faixa salarial em que se encontram os residentes contribui para a formulação de estratégias de combate à violência que considerem as realidades econômicas específicas da comunidade.

Ao comparar a média salarial dos moradores da região do Canaã, que varia de 0,5 a 1 salário-mínimo, com o salário médio da cidade de Uberlândia, estabelecido em 2,6 salários-mínimos em 2021, é possível identificar disparidades significativas que têm implicações diretas na questão da segregação urbana. A concentração de moradores com renda mais baixa na região do Canaã sugere uma segregação socioeconômica, onde determinados grupos enfrentam limitações de acesso a oportunidades e recursos disponíveis em áreas mais afluentes da cidade.

Essa discrepância salarial pode contribuir para a criação de áreas segregadas, onde a falta de recursos financeiros impacta diretamente na qualidade de vida, acesso a serviços públicos e oportunidades de crescimento econômico.

Certamente, a análise da renda mensal de todos que residem na mesma residência apresenta uma dinâmica similar, como foi contatado na pesquisa.

Ainda sobre o perfil dos respondentes, a grande maioria dos respondentes se considerou do sexo feminino (73,3%). Essa predominância de mulheres pode ser interpretada à luz de vários fatores, sendo dois deles particularmente dignos de análise: a falta de oportunidades de emprego e a necessidade de assumir responsabilidades relacionadas ao cuidado dos filhos.

A escassez de oportunidades de emprego pode ser um elemento-chave, refletindo a realidade econômica da região. Em muitos casos, mulheres podem se encontrar em posições mais vulneráveis no mercado de trabalho, enfrentando barreiras adicionais para a inserção em empregos formais ou bem remunerados. Isso pode levar a uma representação desproporcional de mulheres nas estatísticas de desemprego ou em ocupações informais.

Outro aspecto importante a ser considerado é o papel tradicionalmente atribuído às mulheres no que diz respeito ao cuidado dos filhos e às responsabilidades domésticas. A divisão desigual dessas responsabilidades entre homens e mulheres pode influenciar diretamente as decisões relacionadas à participação no mercado de trabalho. Muitas mulheres podem optar por priorizar o cuidado dos filhos em detrimento de buscar emprego fora de casa, especialmente se a oferta de serviços de cuidado infantil for limitada ou inexistente.

Diversos autores e obras fundamentais contribuíram para a compreensão das razões pelas quais questões econômicas e sociais afetam mais as mulheres, destacando a complexidade das relações de gênero em diferentes contextos. Entre as obras mais relevantes estão:

Federici (1975) em sua obra “O Patriarcado do Salário”, explora as interconexões entre capitalismo e patriarcado, analisando as implicações econômicas da subordinação das mulheres.

Judith Butler, autora de “Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade” (1990), examina as questões de gênero e identidade, ressaltando como as normas sociais contribuem para a desigualdade, inclusive no âmbito econômico.

Heidi Hartmann, autora de “The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism” (1979), discute as limitações das teorias marxistas para explicar as questões de gênero, defendendo a integração da análise feminista na teoria econômica. Em sua obra, ela

argumenta que a abordagem tradicional do marxismo muitas vezes negligencia as dinâmicas específicas de opressão de gênero, concentrando-se predominantemente nas relações de classe. Hartmann propõe uma abordagem integradora que reconhece a interseccionalidade entre as categorias de classe e gênero, visando compreender as formas complexas de exploração e subordinação enfrentadas pelas mulheres.

Ao questionar a separação entre as esferas pública e privada, Hartmann destaca como as mulheres, muitas vezes, são relegadas ao trabalho doméstico não remunerado e como essa divisão sexual do trabalho contribui para a reprodução das desigualdades de gênero. Sua análise aponta para a necessidade de uma teoria econômica mais abrangente que incorpore as relações de gênero de maneira mais explícita, reconhecendo as diferentes formas de exploração que as mulheres enfrentam no âmbito do trabalho produtivo e reprodutivo.

Assim, Hartmann contribui para a reflexão sobre a necessidade de uma abordagem mais inclusiva nas análises econômicas, levando em consideração as complexidades das relações sociais de gênero. Sua obra desafia a dicotomia tradicional entre marxismo e feminismo, propondo uma síntese que enriquece a compreensão das dinâmicas econômicas e sociais sob uma perspectiva de igualdade de gênero.

Arlie Hochschild, em "The Second Shift: Working Parents and the Revolution at Home" (1989), investiga a disparidade na distribuição de responsabilidades domésticas entre homens e mulheres. Ela destaca as implicações sociais e econômicas dessa divisão, evidenciando como as mulheres muitas vezes enfrentam uma "segunda jornada" de trabalho ao assumirem a maior parte das tarefas domésticas, mesmo quando também estão envolvidas profissionalmente. Essa obra contribui para a compreensão das dinâmicas de gênero na esfera doméstica e suas conexões com a estrutura socioeconômica mais ampla.

Essas obras enriquecem nossa compreensão das desigualdades de gênero, ao fornecerem bases teóricas robustas para análises críticas das questões econômicas e sociais que afetam as mulheres. Seus insights se alinham aos resultados obtidos neste estudo, ampliando nossa visão sobre as complexas interconexões entre gênero, economia e sociedade.

Outro aspecto de relevância significativa para análise é como a segmentação social étnico-racial, intrínseca à estrutura da sociedade brasileira, manifesta-se de maneira equiparada no espaço.

Os resultados obtidos indicam a seguinte distribuição: Parda (38,3%): A maior parcela dos respondentes se autodeclara como parda, refletindo a mescla de diversas origens étnicas presentes na comunidade. Essa categoria abrange uma variedade de experiências e identidades. Branca (28,3%): Cerca de um quarto dos participantes se identifica como branca, indicando uma presença significativa de indivíduos de ascendência europeia na amostra. Preta (21,7%): Uma parcela considerável da comunidade se reconhece como preta, evidenciando a diversidade racial presente e a importância de considerar diferentes perspectivas nas análises sociais. Indígena (11,7%): Um percentual significativo de respondentes se autodeclara como indígena, ressaltando a presença de uma população com raízes étnicas específicas na comunidade.

A diversidade na autodeclaração de cor ou raça, conforme identificada na comunidade do Bairro Canaã, assume uma dimensão significativa quando relacionada à questão da segregação socioespacial.

Segundo Marcuse (2004), a segregação implica em divisão, que pode se manifestar de diversas formas, incluindo aspectos culturais, funcionais e diferenças no status hierárquico. A divisão cultural ocorre através de características como língua, religião, etnia e estilo arquitetônico, enquanto a divisão funcional resulta da lógica

econômica, criando separações entre bairros residenciais e comerciais, áreas rurais e industriais. Já a divisão por diferença no status hierárquico reflete e reproduz as relações de poder na cidade, podendo ser representada por enclaves, como condomínios fechados, ou pela distribuição desigual de serviços públicos pelo Estado.

Ou aspecto relevante que foi a questão da ocupação dos participantes, os resultados revelam uma variedade de situações ocupacionais na comunidade. Notavelmente, 46,7% dos respondentes identificaram-se como trabalhadores, indicando a presença significativa de ocupações remuneradas. Além disso, 21,7% são aposentados, enquanto outros 21,7% desempenham atividades no lar sem remuneração, o que se alinha ao fato de a maioria dos respondentes ser composta por mulheres. A constatação de que 2% estão atualmente estudando destaca a busca por educação continuada, enquanto outros 2% encontram-se desempregados ou em busca de emprego, evidenciando desafios econômicos presentes na comunidade. Uma pequena parcela, equivalente a 2%, optou por não responder, respeitando sua privacidade e decisão de não compartilhar informações específicas sobre sua ocupação.

O que nos chama a atenção é a pequena parcela de apenas 2% dos moradores que estão em busca de educação continuada, reforçando a ideia de que a população mais pobre tem menos acesso a oportunidades educacionais, especialmente no que se refere à educação continuada. Esta análise mais aprofundada não apenas fornece um retrato detalhado da dinâmica ocupacional no Bairro Canaã, mas também destaca as complexidades socioeconômicas enfrentadas por seus moradores. Para muitos residentes, o trabalho surge como a única forma de subsistência, evidenciando a predominância de uma classe trabalhadora cuja vida é marcada por uma luta incessante para suprir suas necessidades básicas. Este cenário reflete claramente a divisão da sociedade em classes, conforme a perspectiva marxista, mostrando como a estrutura social e econômica exerce uma influência direta sobre a realidade cotidiana dos habitantes do bairro. Ao revelar essas nuances, a análise contribui para um entendimento mais profundo das forças que moldam a vida no Canaã, sublinhando a urgência de políticas e ações que enfrentem as disparidades e promovam condições mais justas e equitativas para todos os cidadãos.

Para aprofundar nosso entendimento sobre o contexto territorial do Bairro Canaã, exploramos as atividades diárias realizadas pelos moradores e a relação da população com o acesso aos bens e serviços disponíveis na área. Observamos como as rotinas cotidianas são moldadas pela infraestrutura local, as opções de transporte, e os recursos comunitários acessíveis. As interações dos residentes com o bairro revelam as facilidades e limitações que enfrentam, fornecendo um panorama mais abrangente das condições de vida e da dinâmica socioespacial no Canaã. Esse exame detalhado permitiu captar as formas pelas quais a população utiliza e percebe os espaços públicos, assim como os desafios que influenciam sua qualidade de vida e suas oportunidades de desenvolvimento.

No que diz respeito ao saneamento básico, conforme indicado pelo panorama do censo do IBGE Cidades (2023), que relata um índice de 98,2% de esgotamento sanitário em Uberlândia, nossos resultados corroboram essa tendência, revelando que 93,3% dos residentes no bairro também desfrutam desse serviço essencial. Assim como abastecimento de água potável (DMAE ou Caminhão pipa) e coleta de lixo.

A questão do manejo das águas pluviais, aqui entendida como “conjunto de atividades,

infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, do transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, do tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas

associadas às ações de planejamento e de gestão da ocupação do espaço territorial urbano (LEI nº 11.445 2007).

Chamou a atenção o fato de que apenas 57,6% dos respondentes afirmaram ter avistado bueiros próximos de suas residências. Durante a aplicação do questionário, diversos moradores destacaram que, em períodos chuvosos, enfrentam frequentes alagamentos, intensas enxurradas e até mesmo inundações em algumas casas. Essa observação reforça a importância de considerar não apenas a presença de infraestrutura de esgoto, mas também a eficácia do sistema de drenagem em lidar com condições climáticas adversas.

A problemática relacionada à infraestrutura de saneamento e drenagem, evidenciada pelo baixo percentual (57,6%) de residentes que avistam bueiros próximos de suas casas, está intrinsecamente vinculada ao conceito de "racismo ambiental". Conforme discutido por estudiosos renomados, como Robert D. Bullard e Beverly Wright (1993) comunidades racialmente minoritárias e economicamente vulneráveis frequentemente enfrentam desigualdades na distribuição de serviços ambientais. Bullard, conhecido como o "pai do movimento do racismo ambiental," destaca como as comunidades de baixa renda e predominantemente compostas por minorias étnicas enfrentam uma maior exposição a riscos ambientais, como poluição do ar, poluição da água e resíduos tóxicos (BULLARD, 2009). Enquanto Wright concentra-se nas interseções entre raça, classe social e justiça ambiental. Sua pesquisa destaca como as comunidades mais marginalizadas são mais propensas a sofrer impactos adversos de práticas ambientais injustas (WRIGHT 2007).

Ambos os autores argumentam que as comunidades racialmente minoritárias muitas vezes são relegadas a ambientes poluídos, sujeitas a práticas de descarte de resíduos tóxicos e têm acesso limitado a recursos ambientais de qualidade. O conceito central é que o racismo ambiental não é apenas sobre discriminação racial, mas também sobre como fatores socioeconômicos estão interligados com questões ambientais, criando desigualdades significativas. Esses estudiosos enfatizam a importância de abordar essas disparidades para alcançar uma justiça ambiental genuína.

Ainda partindo do pressuposto de racismo ambiental, Wright, revela impactos significativos na saúde das comunidades afetadas. Essas áreas frequentemente enfrentam desigualdades na distribuição de serviços ambientais, resultando em condições adversas que afetam a saúde dos residentes. No entanto, a pesquisa indicou que a grande maioria (98%) possui acesso à rede básica de saúde próxima de suas residências.

No entanto, não podemos assegurar que esse acesso garanta um atendimento eficaz e de qualidade aos moradores, uma vez que também foram expressas algumas insatisfações em relação aos postos de saúde do bairro. Entre as queixas destacadas estão a ausência de todas as especialidades, a constante carência de médicos, a falta de medicamentos e a demora no atendimento. Além disso, muitos residentes afirmaram que frequentemente precisam se deslocar para bairros distantes a fim de obter o atendimento necessário. Há duas UBSF (Unidade Básica de Saúde da Família) no Canaã, essas desempenham um papel crucial no atendimento cotidiano, abrangendo consultas, curativos, inalação, controle de pressão, administração de medicamentos, acompanhamento pré-natal e pediatria, incluindo acomodações para encaixes emergenciais. No município de Uberlândia, emergências, como febre elevada, pneumonia, acidentes, hemorragias, dor torácica intensa, asma e outras urgências graves, são encaminhadas para Unidades de Atendimento Integrado (UAIs). Vale

ressaltar que, embora o bairro não disponha de uma UAI, a UBSF desempenha um papel vital no cuidado diário da comunidade.

Quanto ao acesso à rede de educação, 96,5% dos respondentes afirmaram ter instituições educacionais próximas de suas residências. No bairro, há diversas instituições de ensino, abrangendo escolas municipais, estaduais e alguns colégios particulares. Entretanto, é notável a presença significativa de jovens nas ruas. Em diálogos informais com as diretoras das escolas públicas, observa-se que a evasão escolar é uma preocupação, especialmente ao final do ensino fundamental e início do ensino médio.

Outro aspecto relevante explorado na pesquisa diz respeito às opções de lazer disponíveis nas proximidades das residências, como praças, parques e clubes. Reconhecemos que o lazer não apenas proporciona entretenimento, mas é também considerado uma necessidade básica para promover uma vida saudável. Segundo a perspectiva teórica do bem-estar social, a presença de espaços de lazer acessíveis está intrinsecamente ligada à qualidade de vida, contribuindo para o equilíbrio emocional, social e físico dos moradores.

Além disso, é importante salientar que, de acordo com as informações obtidas, 83,1% dos moradores expressaram a percepção de que não existem opções de lazer nas proximidades de suas residências. Essa constatação ressalta uma lacuna significativa na oferta de espaços recreativos acessíveis, o que pode impactar diretamente na qualidade de vida da comunidade.

A falta de opções de lazer próximo à moradia não apenas pode comprometer a saúde física e mental dos moradores, mas também destaca a necessidade de intervenções e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de infraestrutura e espaços de recreação nas áreas residenciais.

O bairro conta com uma praça, a Leopoldo Ferreira Goulart contudo, conforme relatado pelos moradores, a praça é frequentada predominantemente por jovens envolvidos com a venda e uso de drogas, tornando-se um local inviável para visitação.

Jane Jacobs foi uma renomada urbanista e jornalista cujas ideias influenciaram significativamente o urbanismo contemporâneo. Uma de suas obras mais conhecidas é "Morte e Vida de Grandes Cidades" (1961), onde ela discute a importância do design urbano centrado nas comunidades, enfatizando a vitalidade das interações sociais, diversidade e atividades locais. Richard Sennett é um sociólogo e autor que também explorou temas relacionados à vida urbana e à sociologia. Em sua obra "O Declínio do Homem Público" (1974), Sennett examina as mudanças na esfera pública e na interação social nas cidades modernas, destacando a importância da sociabilidade pública para uma comunidade coesa.

Diante dessa realidade, indagamos aos moradores sobre sua participação em festividades, eventos culturais ou exposições nas proximidades de suas residências. Entender o envolvimento da comunidade em atividades culturais e sociais próximas é crucial, pois essas experiências não apenas contribuem para o fortalecimento dos laços comunitários, mas também desempenham um papel significativo no desenvolvimento sociocultural local. Essa informação não apenas enriquece nossa compreensão do tecido social do bairro, mas também pode fornecer compreensões para o planejamento de iniciativas e eventos que promovam a participação e a integração dos moradores em atividades culturais próximas. Como resultado, constatamos que 71,7% dos moradores afirmaram não participar.

O bairro Canaã abriga diversas instituições do terceiro setor dedicadas a apoiar a comunidade, tais como OSCs, associações e grupos de dança, entre outras. No caso específico do Jardim Canaã, destacam-se iniciativas públicas como o Viver-NAICA e a Casa da Família-CRAS, que desempenham papéis essenciais na prestação de

assistência social aos moradores locais. Embora seja responsabilidade do Estado garantir o mínimo necessário para a população, a realidade, especialmente em bairros de baixa renda, demanda a atuação e intervenção do terceiro setor.

Cabe ressaltar que, o Estado tem a responsabilidade fundamental de promover o mínimo necessário para todos, garantindo acesso a serviços essenciais como saúde, educação e segurança. No entanto, em muitos casos, especialmente em territórios mais necessitados, o Estado não consegue suprir todas as demandas da população. É nesse cenário que emerge o terceiro setor, desempenhando um papel crucial ao complementar e fortalecer as ações públicas, buscando atender às necessidades da comunidade de forma mais abrangente e eficaz.

Essa triste realidade motiva a indagação aos moradores sobre sua participação em associações, OSCs ou outras instituições do território. Os resultados revelam que 50,8% dos respondentes afirmam participar dessas entidades, evidenciando a necessidade desse tipo de assistência para sua subsistência.

O tipo de locomoção das pessoas é de grande importância para a geografia, tanto dentro quanto fora do território, pois influencia diretamente a configuração e a dinâmica dos espaços urbanos e rurais, afetando a organização do espaço urbano, o planejamento urbano, o impacto ambiental, o desenvolvimento regional, padrões de migração, a geografia humana e a acessibilidade. Compreender esses padrões é fundamental para o planejamento eficiente, a promoção da mobilidade sustentável e a garantia de acessibilidade e equidade no território.

Por essa razão, indagamos sobre os meios de locomoção preferidos pelos moradores dentro do seu próprio território.

A análise dos resultados destaca uma notável preferência pelos modos de locomoção mais acessíveis economicamente dentro do território, especialmente considerando a renda geralmente baixa do bairro. Cerca de 85% dos moradores optam por deslocar-se a pé, uma alternativa econômica e sustentável. A bicicleta, uma opção igualmente acessível, é escolhida por 23,3% dos respondentes.

É interessante observar que, apesar das limitações financeiras, o uso de carro próprio e motocicleta própria ainda representa uma parcela significativa, totalizando 15% e 6,7%, respectivamente. Isso pode indicar que, mesmo em uma comunidade com renda mais restrita, alguns moradores conseguem manter esses meios de transporte, talvez evidenciando prioridades e necessidades específicas.

Esses dados ressaltam a importância de considerar as condições socioeconômicas ao planejar intervenções urbanas e políticas de mobilidade, buscando garantir a equidade no acesso aos meios de transporte e promovendo soluções que atendam às necessidades da população local.

A análise das informações, considerando a realização de deslocamentos para fora do território, revela padrões interessantes, especialmente quando consideramos a baixa renda, a distância de aproximadamente 8 km do centro da cidade e as necessidades específicas da população.

Notavelmente, 71% dos respondentes optam pelo transporte público (ônibus) para se locomover para fora do território. Essa escolha pode refletir a acessibilidade financeira dessa opção, sendo uma alternativa mais econômica para uma comunidade com baixa renda. Além disso, 30% utilizam aplicativos de transporte, indicando uma busca por opções mais flexíveis e personalizadas.

O uso de carro próprio, representando 20%, sugere que, apesar das condições econômicas desafiadoras, uma parte significativa da população ainda mantém esse meio de transporte, talvez por questões de conveniência ou necessidade específica.

As opções de locomoção a pé (1,7%) e de bicicleta (1,7%) mostram-se menos comuns para deslocamentos para fora do território, o que pode ser influenciado pela distância considerável até o centro da cidade.

Esses dados indicam uma diversidade de escolhas de locomoção, revelando a adaptação dos moradores a diferentes meios de transporte, muitas vezes influenciada pela acessibilidade financeira e pelas demandas específicas de deslocamento para locais distantes. Essas informações são cruciais para o planejamento de transporte e políticas públicas que visam atender às necessidades de mobilidade da comunidade, levando em conta fatores socioeconômicos e geográficos.

Na dinâmica do bairro, com foco na questão da segurança, indagamos aos moradores sobre seus sentimentos em relação a esse aspecto. Como resultado, observamos que apenas 34% dos respondentes afirmaram sentir-se inseguros no Bairro Jardim Canaã. Esse dado chama a atenção, considerando que dados subsequentes apontam para a presença de várias situações que poderiam justificar uma percepção mais elevada de insegurança. Essa aparente contradição sugere que a sensação de segurança entre os moradores pode ser influenciada por uma série de fatores contextuais e subjetivos, como a presença de iluminação pública, a visibilidade de áreas públicas e a proximidade de atividades comunitárias.

Isso nos leva a refletir sobre a discrepância entre como as pessoas percebem o bairro em um contexto geral e como elas vivenciam sua realidade no dia a dia. Portanto, é fundamental examinar não apenas os dados objetivos sobre criminalidade e infraestrutura, mas também as experiências cotidianas e percepções dos moradores, para entender melhor as complexas dinâmicas que influenciam a sensação de segurança.

A análise desses resultados revela um cenário complexo e desafiador no que diz respeito à segurança urbana no bairro. O expressivo percentual de 25,5% de moradores que já presenciaram crimes de estupro, seja consumado ou tentado, destaca a vulnerabilidade das pessoas em situações que afetam diretamente a integridade física e emocional. O Código Penal Brasileiro, em seu artigo 213, define estupro como constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

A incidência de crimes como extorsão, citada por 8,5% dos respondentes, sinaliza a presença de práticas coercitivas que visam obter vantagens econômicas, gerando um ambiente de insegurança financeira para a comunidade. O Código Penal, no artigo 158, tipifica a extorsão como o ato de obrigar alguém a tomar um determinado comportamento, por meio de ameaça ou violência, com a intenção de obter vantagem econômica.

A notável porcentagem de 35,6% em relação a homicídios, seja consumado ou tentado, ressalta a urgência de abordagens que atuem na prevenção e resolução de conflitos, bem como na promoção de uma cultura de paz na comunidade. O Código Penal, em seu artigo 131, define homicídio como o ato que consiste em uma pessoa matar a outra.

O elevado índice de 61% de moradores que já presenciaram roubo, seja consumado ou tentado, indica a prevalência dessa prática delituosa no bairro. O Código Penal, no artigo 157, tipifica o roubo como o ato de subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

A menção de 3,4% em relação ao crime de sequestro destaca uma preocupação adicional com a liberdade pessoal dos moradores. O Código Penal, em seu artigo 148, considera o sequestro como crime contra a liberdade pessoal, cujo objetivo é garantir a livre locomoção das pessoas.

O tráfico de drogas, apontado por metade dos respondentes (50%), apresenta-se como uma problemática complexa, exigindo abordagens multidisciplinares que incluam medidas de prevenção, tratamento e repressão. A Lei 11.343/2006, que define os crimes relacionados à prática do tráfico ilícito de drogas, em seu artigo 33, prevê diversas condutas, incluindo entregar a consumo ou fornecer drogas.

O percentual de 23,7% de participantes que preferiram não responder sinaliza a delicadeza e o caráter sensível do tema da violência. Isso ressalta a necessidade de criar um ambiente seguro para que os moradores se sintam à vontade para compartilhar informações sobre experiências relacionadas à violência.

A resposta de apenas uma pessoa afirmando nunca ter sofrido ou presenciado nenhum desses crimes destaca a universalidade da problemática, apontando para a necessidade de ações colaborativas e integradas entre a comunidade, órgãos de segurança pública e instituições sociais.

Esses resultados robustos fornecem uma base sólida para a formulação de políticas públicas e estratégias de intervenção que atendam às necessidades específicas da comunidade, promovendo um ambiente mais seguro e resiliente para os moradores do bairro.

A aparente discrepância entre a alta incidência de crimes relatada pelos moradores e a maioria (65,5%) que afirma se sentir segura no bairro sugere uma complexidade na percepção de segurança. Esse fenômeno pode ser analisado por meio de diferentes perspectivas.

Regis de Moraes (1981) em seu livro *O que é violência Urbana*, traz alguns apontamentos interessantes que podem justificar essa dialética. Por um lado, os residentes expressam sentimentos de segurança, enquanto, por outro, observam a presença significativa de violência em seu bairro. Primeiro por trazer uma observação óbvia de que “Em nenhum outro lugar a vida está sendo um jogo tão perigoso como nas grandes cidades” (Moraes 1981 p. 11). Embora tenha sido proferida há quatro décadas, a essência dessa afirmação permanece relevante nos dias de hoje. Cita ainda que

Ao caminharmos por ruas ou avenidas de amplos centros urbanos, temos a impressão de que nos deparamos com milhares de rostos que apresentam uma formidável variedade de expressões. Essa impressão tem seu tanto de verdade e seu outro tanto de falsidade, pois se observarmos com maior profundidade, reduzimos as expressões fisionômicas a dois grandes grupos: os que têm medo, e os que demonstram medo, como que se mantendo numa constante defensiva, e os que tem medo e o ocultam sob um estardalhaço de agressividade (Moraes, 1981 p. 12).

Ou seja, essas diferentes formas de expressão podem indicar uma dificuldade em expressar o medo de maneira direta. Enquanto alguns demonstram claramente seu receio, outros tentam ocultá-lo sob uma aparência de bravura ou agressividade. Essa variedade de reações sugere que o medo é uma emoção complexa e nem sempre fácil de ser manifestada abertamente.

A discussão sobre as diferentes formas de expressão do medo também é enriquecida por Moraes (1981), que destaca uma interessante perspectiva médica sobre as repercussões dessa emoção. Ele explora como a própria medicina pode oferecer sobre as consequências do medo, oferecendo uma análise que transcende as fronteiras da sociologia e aborda as dimensões físicas e psicológicas desse fenômeno. Onde explica que,

o medo produz uma inibição cortical. Isso posto em termos mais acessíveis, significa que o medo difere basicamente da raiva porque, nesta última, há uma superestimulação interna ao organismo, isso é, o cérebro dispara hormônios que

produzem acelerado batimento cardíaco, alta da pressão arterial e disposições para movimento muscular, para a ação agressiva (Moraes, 1981, p. 14).

Em outras palavras, enquanto alguém com raiva tende a se tornar mais ativo e até ganhar força física para expressar sua agressividade, uma pessoa com medo experimenta o oposto. Conforme Moraes (1981, p. 14) explica, "o medo dá-se uma inibição proveniente também de ordens cerebrais", fazendo com que "produza quadros de queda da pressão arterial e, quando não o enrijecimento orgânico, a descoordenação motora".

Em determinadas situações, as pessoas podem manifestar o sentimento de medo de maneiras diversas. Por exemplo, em uma crise aguda, observa-se que "há uma tendência do medroso à regressão para o estado intrauterino", "onde o indivíduo se encolhe e reassume a posição fetal, buscando silêncio e conforto a todo custo", conforme observa Moraes (1981, p. 14). Em situações em que o medo se torna crônico ou a ameaça é significativa, é comum observar a reação do "camaleão", conforme descrito por Moraes (1981, p. 14). Nesse cenário, as pessoas tendem a buscar se fundir com o ambiente ao seu redor, buscando dissolver sua própria imagem na massa natural ou, no mínimo, tornar-se um alvo difícil de identificar. Em outras palavras, em momentos de medo prolongado ou em situações de grande ameaça, as pessoas tendem a adotar uma postura de dissimulação, procurando se misturar ao ambiente e tornar-se menos visíveis.

Além disso, a resposta à pergunta sobre a sensação de segurança pode ser impactada por fatores subjetivos, como as relações sociais dentro da comunidade, a coesão social, e a confiança nas instituições locais de segurança. A presença de redes de apoio, vizinhança solidária e ações comunitárias pode contribuir para a construção de um ambiente onde os moradores se sintam mais protegidos, mesmo diante da constatação da ocorrência de crimes.

A última pergunta feita aos participantes foi: "Poderia nos fazer algumas considerações sobre a questão da segurança no seu bairro?" e dos 60 respondentes, 50 compartilharam suas opiniões, e para nossa surpresa, a unanimidade foi a percepção de que o bairro carece de maior segurança.

A análise dos resultados revela um cenário complexo e multifacetado em relação à segurança no bairro Canaã. A unanimidade entre os moradores de que há uma necessidade urgente de melhorias na segurança destaca a relevância desse tema para a comunidade.

A sugestão de 3 moradores, em instalar câmeras de monitoramento público reflete o reconhecimento da tecnologia como uma ferramenta potencialmente eficaz na prevenção e elucidação de crimes. Essa proposta também aponta para a busca de soluções inovadoras para enfrentar os desafios específicos de segurança enfrentados pelo bairro.

Apontada por 7 moradores, a demanda por mais segurança, mencionando a necessidade de melhorias noturnas, aponta para a sensação de vulnerabilidade durante esse período. Esse aspecto sugere a importância de estratégias de policiamento e vigilância especialmente adaptadas às características do turno noturno.

25 moradores apontaram a falta de policiamento frequente no bairro como uma das principais preocupações. As observações sobre a falta de policiamento e a demora no atendimento de chamadas destacam questões operacionais que precisam ser abordadas. A percepção de insegurança relacionada à presença de usuários espalhados pelo bairro ressalta a complexidade do desafio, envolvendo não apenas crimes, mas também questões sociais.

A menção específica à falta de policiamento no Assentamento Irmã Dulce (2 pessoas) aponta para a necessidade de uma abordagem mais abrangente que considere diferentes áreas do bairro.

Além disso, a sugestão de uma base comunitária permanente (5 moradores) evidencia o desejo dos moradores por uma presença policial mais constante e integrada à comunidade.

Essas considerações oferecem sugestões para a formulação estratégias de segurança mais eficazes e adaptadas às demandas específicas do bairro Canaã. Além disso, a diversidade de opiniões destaca a importância de envolver ativamente a comunidade no processo de melhoria da segurança, promovendo uma abordagem colaborativa entre moradores e autoridades responsáveis.

Com base nas observações dos moradores sobre a falta de policiamento no bairro Canã e suas preocupações com a segurança, algumas sugestões de ações podem ser consideradas como por exemplo:

- Aumento do policiamento frequente: Proporcionar uma presença policial mais regular no bairro, com patrulhamento constante em diferentes áreas, especialmente nas regiões apontadas como mais críticas pelos moradores.
- Melhoria na eficiência do atendimento policial: Investir em treinamento e capacitação dos agentes policiais para garantir uma resposta mais rápida e eficaz aos chamados da comunidade, reduzindo a demora no atendimento.
- Abordagem integrada entre segurança e assistência social: Reconhecer que a sensação de insegurança está relacionada não apenas à criminalidade, mas também a questões sociais como o uso de drogas. Portanto, é importante promover uma abordagem integrada que envolva não apenas a polícia, mas também assistentes sociais e outros profissionais para lidar com essas questões de forma mais abrangente.
- Instalação de uma base comunitária permanente: Atender à demanda dos moradores por uma presença policial mais constante e integrada à comunidade, estabelecendo uma base policial permanente no bairro onde os moradores possam interagir diretamente com os agentes e relatar problemas de segurança.
- Envolver ativamente a comunidade: Promover a participação ativa dos moradores na formulação e implementação de estratégias de segurança, por meio de reuniões comunitárias, grupos de trabalho e outras formas de engajamento, garantindo que suas preocupações e sugestões sejam ouvidas e consideradas pelas autoridades responsáveis.

Contudo, podemos concluir que as disparidades na distribuição de riqueza e renda afetam significativamente as camadas mais pobres da sociedade, influenciando aspectos socioeconômicos, socioculturais e outros. Isso se reflete na dificuldade de acesso a serviços essenciais, como saúde de qualidade, educação, oportunidades de formação e cursos, além de emprego formal e bem remunerado.

Essas desigualdades criam um ciclo de pobreza e exclusão social, dificultando a mobilidade social e perpetuando a marginalização das populações mais vulneráveis.

E, levando em consideração que,

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de

enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável (MARICATO, 2003, p.152).

Ou seja, a segregação urbana agrava a desigualdade social, criando barreiras que impedem o acesso das populações mais vulneráveis aos serviços básicos e oportunidades, e aumentando a exposição a riscos e discriminações.

Para enfrentar essa situação, podemos adotar diversas alternativas. Primeiramente, é fundamental promover a emancipação das pessoas, incentivando a autonomia e o empoderamento dos cidadãos, e estimulando a participação ativa na comunidade. Além disso, garantir o acesso à informação e ao conhecimento sobre seus deveres e direitos é crucial. Ao proporcionar informações claras e compreensíveis, capacitamos os indivíduos a exigir e exercer plenamente seus direitos. Outro ponto importante é o incentivo à educação e formação. Fomentar a educação de qualidade e oferecer oportunidades contínuas de formação e desenvolvimento profissional é essencial para melhorar as condições de vida e facilitar a inserção no mercado de trabalho. Essas medidas combinadas podem contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os dados e análises apresentados ao longo deste estudo revelam a complexidade das questões sociais e econômicas no Bairro Jardim Canaã. A segregação espacial, a dificuldade de acesso a serviços básicos, e a disparidade educacional são desafios que requerem atenção contínua e estratégias inovadoras. Ao promover a participação ativa da comunidade e o acesso a uma educação de qualidade, é possível vislumbrar um caminho para a melhoria das condições de vida e a construção de um ambiente mais justo e inclusivo. A reflexão sobre essas questões não apenas contribui para o entendimento da realidade local, mas também fortalece a base para ações que visem a transformação social efetiva, fomentando a justiça social e a equidade no bairro e além.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIAGADA, I., & RODRIGUEZ, E. **Urban Segregation: Definitions, Theories and Measurement Techniques.** In: **United Nations Human Settlements Programme (Ed.), The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements** (pp. 26-41). Earthscan Publications, 2003.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

BULLARD, R. D. (2009). **Environmental Justice in the 21st Century: Race Still Matters.** Environmental Law Institute.

BULLARD, R. D. **Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality.** Westview Press, 1990.

CORRÊA, R. L.. **Região e Organização Espacial.** São Paulo: Editora Ática, 2003. 7ª ed. Série Princípios

CRUZ.S.H., AZEVEDO. M. R, GONÇALVES. H. **Vitimização por violência urbana em uma cidade de médio porte do sul do Brasil.** Rev Bras Epidemiol 2011; 14(1): 15-26 Pelotas, Brasil

DUHAU, E. e GIGLIA, A. **"Las reglas del desorden. Habitar la metrópoli"**. Editora Siglo XXI, Universidad Autónoma Metropolitana- Azcapotzalco, 2008.

FEDERICI, S. **O Patriarcado do Salário.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 1975.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 49ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

MARICATO, E. "A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial." In: A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega. 2000.

MARCUSE, P.. **Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. Espaço e Debates,** São Paulo, v. 24, n. 45, p. 24-33, jan./jul. 2004.

_____. **Metrópole, legislação e desigualdade.** ESTUDOS AVANÇADOS 17 (48), 2003

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAIS, R. de. **O que é violência urbana.** 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981

NEGRI. S. M. **Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises** COLET NEAS DO NOSSO TEMPO 2008 Ano VII – v. 8 p. 129-153 n ° 8 P. 20

REYGADAS, L. (2004). **Las redes de la desigualdad: un enfoque multidimensional. Política y cultura,** (num 22), 7-25. disponível em :

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So188-77422004000200002&lng=es&tlng=es. acesso em 01 de março de 2023

RUVALCABA, R. e SCHTEINGART, M. ,2012 **Ciudades divididas: desigualdad y segregación social en México**, El Colegio de México, México. SEAMON, D. Phenomenologies of environment and place. Phenomenology + Pedagogy, v. 2, n. 2, p. 130-135.

SANTOS, M. et al. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SARAVÍ, G. **Metodologías de investigación urbana: Una revisión crítica**. CLACSO. 2008

SARAVÍ, G. . **La trama de la desigualdad urbana: territorio, segregación y exclusiones**. Siglo Veintiuno Editores.2008

WHITE, M. J. (1983). **Conceptualizing Segregation**. *American Sociological Review*, 48(2), 146-159.

WRIGHT, B. **The Wrong Complexion for Protection: How the Government Response to Disaster Endangers African American Communities**. New York University Press. 2007